

Resolução de Questões

DIREITO FINANCEIRO

CESPE/Unb

Concurso PGMS/2015

Pedro Caymmi

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 44

Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

- A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.
- B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.

→ Art.14, LRF (Renúncia de Receita) → Dois exercícios seguintes. Além disso, requisitos da LDO, e, OU ter sido considerada na estimativa anual de receita e não afetar as metas de receita do AMF-LDO, OU adoção de medidas de compensação.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.

**→ Art.16, LRF (Geração de despesa) → Condição prévia, não sanção.
A despesa é não autorizada, lesiva e irregular.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

**→ Art.17, LRF (Despesa obrigatória de caráter continuado) →
Mecanismo de evitar prorrogações fraudulentas.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

→ Art.19, LRF (Limite de gastos com pessoal) → 60% da Receita Corrente Líquida (Art.2º, IV, LRF), repartido em limites por poder ou órgão autônomo (Art.20, LRF – 6% Legislativo, 54% Executivo).

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 44

Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

- A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.
- B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.**
- D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 45

Com base nas normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.
- B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.

→ Art.11, lei 4.320/1964 (Classificação das receitas) → Essas são as receitas DE CAPITAL, a outra categoria econômica.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

→ Art.11, lei 4.320/1964 (Classificação das receitas) → Essas são as receitas **CORRENTES**, a outra categoria econômica.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

→ Art.12, lei 4.320/1964 (Classificação das despesas) → Funcionamento regular e conservação da máquina administrativa. A outra subcategoria econômica da despesa corrente seriam as transferências correntes. Critério distinto da Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

→ Art.12, lei 4.320/1964 (Classificação das despesas) → Essas são as subvenções (transferências para cobrir despesas e custeio) ECONÔMICAS. As sociais são para entidades ASSISTENCIAIS ou CULTURAIS, sem fins lucrativos.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 45

Com base nas normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.
- B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.**
- D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca da organização municipal brasileira.

- A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.
- B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.
- D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.

→ **Art.29, VII, CF (Dos Municípios) → 05%.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.

→ Art.29, X, CF (Dos Municípios) → Crime comum de Prefeito é julgado pelo Tribunal de Justiça.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.

→ Art.31, § 3º, CF (Dos Municípios) → E, ainda, poderá ser questionada a legitimidade das contas, nos termos da lei.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

→ Art.31, § 4º, CF (Dos Municípios) → Não serão criados novas cortes de contas exclusivas de um Município, subsistindo os dois já existentes (Rio de Janeiro e São Paulo).

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca da organização municipal brasileira.

- A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.
- B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.**
- D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 47

Acerca das finanças municipais, assinale a opção correta.

- A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.
- C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.
- D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

→ Art.165, §§ 2º e 5º, CF (Leis Orçamentárias) → O contrário. A LDO orienta a LOA, trata de alterações na legislação tributária, além de fixar metas e prioridades da administração pública para o próximo exercício financeiro, inclusive despesas de capital, e tratar da política das agências financeiras oficiais de fomento.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.

→ Art.167, VI, CF (Vedações Orçamentárias) → Depende de PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.

→ Art.35, § 2º, ADCT (Processo Legislativo Orçamentário) → Enquanto não existir previsão em lei complementar, e na omissão da Lei Orgânica do Município, deve ser até QUATRO MESES antes do ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO financeiro, ou seja, o final de agosto.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.

- **Art.32, lei federal 4.320/1964 (Processo Legislativo Orçamentário)**
- **Considera como proposta a lei de orçamento vigente.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 47

Acerca das finanças municipais, assinale a opção correta.

- A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.
- C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.
- D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

→ Art.71 e 75, CF (Controle Externo) → Congresso Nacional previsto expressamente, os demais por simetria. Os Tribunais de Contas podem sustar diretamente ato irregular (71, IX-X, CF); já contrato tem que ser o Poder Legislativo (71, §§ 1º-2º, CF).

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

→ Art.24, LRF (Despesas com Seguridade Social) → Requisitos do artigo 17, LRF e indicação da fonte de custeio total (195, § 5º, CF). O requisito da medida de compensação, aplicado ao aumento de despesas com seguridade social, em regra, não é exigido em três casos (24, § 1º, LRF):

- I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;**
- II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;**
- III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

→ Art.165, § 8º, CF (Princípios Orçamentários) → O princípio da exclusividade admite todos esses objetos na LOA, salvo alteração da legislação tributária.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

→ DOUTRINA (Classificação de Receitas Públicas – Modo de Obtenção) → Receitas ORIGINÁRIAS X Receitas DERIVADAS. Ingressos parafiscais possuem natureza tributária, são receita derivada.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

→ Art.173, CF (Ordem Econômica) → Só se justifica nessas duas hipóteses, ressalvados apenas os casos previstos pela Constituição.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

→ Art.4º, I, A, LRF (Leis Orçamentárias) → A LRF trouxe inúmeros novos conteúdos a LDO, além do que já estava na CF-88.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

→ Art. 4º, §§ 1º-2º, LRF (Leis Orçamentárias) → São metas ANUAIS de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública, para aquele exercício e os dois seguintes.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

→ Art. 4º, § 2º, V, LRF (Leis Orçamentárias) → Além da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como avaliação das metas do ano anterior, memória e metodologia de cálculo demonstrativas das metas fixadas, evolução do patrimônio líquido e avaliação da situação financeira e atuarial do RGPS, do RPSP e dos fundos públicos e programas de natureza atuarial.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

→ Art.165, § 2º e 166, § 3º, I, CF (Processo Legislativo Orçamentário)
→ Princípio da PROGRAMAÇÃO. Deve guardar HARMONIA E COMPLEMENTARIDADE com o PPA E A LDO.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

❖ **ERRADO**